

Serviço de Apoio
às Micro e
Pequenas
Empresas do
Estado do Paraná
- SEBRAE/PR

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
31 de Março de 2018**

Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Balancos orçamentários	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	9

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE/PR**

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	84.088.062	69.490.749	Benefícios a empregados de curto prazo	10	799.513	1.045.378
Valores a receber	6	2.996.103	2.799.187	Obrigações tributárias	10	576.322	1.079.653
Numércários vinculados a convênios e programas	5	4.263.311	304.853	Obrigações com convênios e contratos	11	10.947	37.128
Adiantamentos concedidos	7.1	6.833.525	7.025.691	Contas a pagar a fornecedores e outras	12	1.513.402	1.261.721
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	8.515.307	20.282.505	Obrigações trabalhistas	13	5.482.819	3.898.615
Outros Créditos	7	1.582.182	1.167.762	Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	6.663.401	10.374.235
Total do ativo circulante		108.278.490	101.070.747	Total do passivo circulante		15.046.404	17.696.730
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações com o Sistema SEBRAE	8	6.619.112	6.878.101
Depósitos judiciais	14	76.840	75.937	Provisões	14	3.018.315	2.390.032
Aplicações financeiras	7.2	21.007.024	20.735.875	Total do passivo não circulante		9.637.427	9.268.133
Outros créditos	7.3	1.039.238	1.039.238	Total do passivo		24.683.831	26.964.863
Imobilizado	9	11.550.581	11.749.430	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		33.673.683	33.600.480	Superávits acumulados		106.321.644	97.656.525
Total do ativo		141.952.172	134.671.227	Superávit do período / exercício		9.561.977	8.655.710
				Ajustes de avaliação patrimonial		1.384.720	1.394.129
				Total do patrimônio líquido	15	117.268.341	107.706.364
Total do ativo		141.952.172	134.671.227	Total do passivo e do patrimônio líquido		141.952.172	134.671.227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE/PR

Demonstrações de Resultados

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receitas			
Receitas com Contribuição Social (CSO)	16	30.052.263	26.158.987
Receitas com Contribuição Social do Nacional (CSN)	16	3.470.778	1.834.095
Receitas empresas beneficiadas	17	3.171.100	1.849.433
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	18	6.388	74.014
Outras receitas operacionais	19	154.309	90.470
Total das Receitas		36.854.838	30.006.999
Despesas			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	20	(13.184.035)	(14.062.409)
Despesas com serviços profissionais e contratados	21	(10.191.946)	(7.936.454)
Custos e despesas de operacionalização	22	(2.766.256)	(2.863.237)
Encargos diversos		(188.347)	(215.815)
Despesas com programas e convênios	23	(1.078.585)	(682.729)
Despesas com provisões		(944.105)	(552.485)
Despesas com depreciação e amortização		(376.324)	(432.925)
Outras		-	(15.083)
Total de Despesas		(28.729.598)	(26.761.137)
Superávit (Déficit) antes do Resultado Financeiro Líquido		8.125.240	3.245.862
Receitas Financeiras		1.706.179	2.599.037
Despesas Financeiras		(269.442)	(83.331)
Resultado Financeiro Líquido	24	1.436.737	2.515.706
Superávit do exercício		9.561.977	5.761.568

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE/PR**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

	Superávit acumulado	Superávit do período	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	97.656.525	8.655.710	1.394.129	107.706.361
Incorporação do superávit do exercício anterior	8.655.710	(8.655.710)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	9.409	-	(9.409)	-
Superávit do exercício	-	9.561.976	-	9.561.976
Saldo em 31 de março de 2018	<u>106.321.644</u>	<u>9.561.976</u>	<u>1.384.720</u>	<u>117.268.340</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE/PR

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	9.561.977	5.761.568
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	376.324	432.925
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	628.283	133.944
Provisões para perdas com clientes	64.517	32.882
Provisões imposto de renda em fundos	249.851	380.549
Provisões perdas em cheques	1.454	5.109
Depreciação da baixa do imobilizado	-	(10.055)
	<u>10.882.406</u>	<u>6.736.922</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Valores a receber	(262.888)	100.989
Numerários vinculados a convênios e programas	(3.958.458)	(5.066.238)
Adiantamentos concedidos	192.167	(584.996)
Créditos com o Sistema SEBRAE	11.767.198	(1.255.148)
Outros créditos circulantes	(414.420)	(500.833)
Depósitos realizáveis a longo prazo	(903)	(1.207)
Aplicações financeiras não circulantes	(521.000)	(887.295)
Outros créditos não circulantes	-	-
	<u>6.801.696</u>	<u>(8.194.728)</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Benefícios a empregados	(245.865)	-
Obrigações tributárias	(503.331)	(1.013.018)
Obrigações com convênios e contratos	(26.181)	(3.350)
Contas a pagar a fornecedores e outras	251.681	1.300.810
Obrigações trabalhistas	1.584.203	1.620.866
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(3.969.823)	2.036.888
	<u>(2.909.316)</u>	<u>3.942.197</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>14.774.786</u>	<u>2.484.391</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(177.475)	(132.253)
Baixas do ativo imobilizado	-	25.138
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(177.475)</u>	<u>(107.115)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>14.597.311</u>	<u>2.377.276</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	84.088.062	64.905.508
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do período	69.490.749	62.528.232
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>14.597.311</u>	<u>2.377.276</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

**SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE/PR**

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Resultado do período		9.561.977	5.761.568
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		<u>9.561.977</u>	<u>5.761.568</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ - SEBRAE/PR

Balancão orçamentário no período findo em 31 de março de 2018

(Em Reais)

Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	Δ % (c/a)	Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	Δ % (c/a)
		Previsão Original (b)	Execução (c)					Previsão Original (b)	Execução (c)		
Receitas correntes											
Contribuição Social Ordinária CSO	26.159	165.235	30.052	29	115	Personal, Honorários e Honorários	14.062	35.500	13.184	24	94
Contribuição Social do Sebrae/NA, CSN	1.834	40.698	3.471	9	189	Serviços Profissionais e Contratações	7.976	90.310	10.192	11	178
Convênios (Parcerias - Sebrae/NA)	74	114	6	6	9	Diversas Despesas Operacionais	2.863	19.979	2.766	14	97
Aplicações Financeiras	1.696	6.500	1.383	21	69	Encargos Diversos	680	2.000	504	25	74
Empresas Beneficiárias	1.849	14.891	1.171	31	171	Transferências	1.200	3.405	886	25	74
Outras Receitas	81	50	36	71	44						
Total receitas correntes	31.094	167.488	38.119	23	119	Total despesas correntes	26.742	171.284	27.533	16	103
IMFren corrente	-	-	-	-	-	Supervit Corrente	5.252	-	10.287	-	-
Receitas de Capital	-	-	-	-	-	Despesas de Capital	132	3.131	177	6	134
Alvenaria de Bets	-	-	-	-	-	Investimentos / Outros					
Oper. Crédito / Receb. Emprestimos	-	-	-	-	-						
Total de receitas de capital	-	-	-	-	-	Total de despesas de capital	132	3.131	177	6	134
Saldo de Exercícios Anteriores	-	13.000	-	-	-	Fundo de Reserva	-	6.033	-	-	-
Receitas Totais	31.094	180.488	38.119	21	119	Despesas Totais	26.874	180.488	27.710	15	103
Deficit Total	-	-	-	-	-	Supervit Total	3.120	-	10.410	-	-
Total Geral	31.094	180.488	38.119	21	119	Total Geral	31.994	180.488	38.119	21	119

Notas:

Receitas

Contribuição Social do SEBRAE/NA-CSN: O crescimento de 89% (+RS 1.603 mil) decorre em SF80-ATTC (+RS 149 mil); Projeto de Complementação de Startups (RS 102 mil); Alvo Passado (RS 158 mil); Educação Empreendedor (RS 191 mil); Dependência (RS 71 mil); Projeto no Campo (RS 167 mil); e Atividades (fora de pagamento crédito plano de crédito SEBRAE/NA) (RS 378 mil).

Convênios (Parcerias - Sebrae/NA): A queda de 91% sobre 2017, se deve a sua grande maioria, a realizá-los que cessaram quase no ano passado, como por exemplo: Cooperativa Cooperat, Cecamar, Lapaquara, etc.

Aplicações Financeiras: Na comparação com o ano anterior, o valor de 2018, continua sendo 71% menor. Considerando que o total de recursos utilizados em março de 2018 é superior ao existente em março de 2017, a menor aplicação para o valor da Receita Financeira por suas cobranças, permanece sendo a queda no caso Sebrae que representa 32 aplicações. Na pesquisa de rentabilidade que fazemos mensalmente para os Bancos do Brasil, mantivemos financeira entre times a maior volume de recursos aplicados, constatamos que a rentabilidade caiu consideravelmente. No primeiro trimestre de 2017, obtivemos 3,1236%, enquanto que em 2018, foi 1,6688%.

Empresas Beneficiárias: O crescimento de 71% (+RS 1.1 mil), mais do que o dobro de 2017 (+RS 672 mil). O restante, está concentrado nos Projetos: Juntos de Negócios (RS 243 mil); Empreendedores e Projetos de Promotividade (RS 276 mil); e Caixa da Saúde de (fora) (RS 1 mil).

Outras Receitas: A variação ocorreu principalmente por fluxos que não ocorreram somente em 2017, mas por exemplo, a devolução do SINAI referente ao projeto da Uapet que não foi contabilizado (total de RS 27 mil), e também porque tivemos uma quantidade maior de compensações por crédito de dívida que em 2018.

Despesas

Serviços Profissionais e Contratações: A variação apresentada, ocorreu principalmente nas seguintes contas: Contrato de Patrocínio (574% ou RS 100 mil); Organização e Realização de Eventos (85% ou RS 249 mil); Vigilância (29% ou RS 91 mil); Consultoria (12% ou RS 13 mil); Fundos, Passagens e Análises Jurídicas (10% ou RS 467 mil); Instruções (10% ou RS 287 mil). A de se ressaltar também, que outro lado, a queda de 8% ou RS 49 mil nos serviços de Limpeza, 13% ou RS 41 mil em Manutenção de Instalações; e 18% ou RS 195 mil em Manutenção Sistema Técnico Software de Treinos.

Encargos Diversos: A redução apresentada ocorreu nas seguintes contas: emissões subscrever de crédito (1-6% ou RS 16 mil); decorrente da queda na participação das vendas em crédito de crédito de 2017 (51% para 2018 (44%); e IT e Aplicações Financeiras (57% ou RS 80 mil), em função da queda no rendimento das aplicações financeiras e redução dos valores registrados em 2018).

Transferências: A queda de 26% em relação ao mesmo período do ano anterior, está principalmente, associada a não realização de expressos de recursos para o SINAI em 2018, fato esse que ocorreu em 2017.

IMFrenção: O crescimento de 31% em relação ao ano anterior, está principalmente associado à aquisição de um disquete com 175 K.V, realizada no quarto trimestre de 2017, em Curitiba.

Notas explicativas as demonstrações financeiras intermediárias

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE/PR (“SEBRAE/PR” ou “Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Caeté n. 150, bairro Prado Velho na cidade de Curitiba.

O âmbito de atuação do SEBRAE/PR constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/PR recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídas como entidades juridicamente autônomas.

O SEBRAE/PR é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias – Pronunciamento Técnico NBC TG 21 (R3) aprovado pela Resolução nº 1.359/2011, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota Explicativa nº 9), instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº25).

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 20 de abril de 2018.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros, a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 14) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota explicativa nº25).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão descritos a seguir:

a. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego*

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº25).

b. *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 27).

c. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas

estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 14).

d. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2,22% a 20,00%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual. Os Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 9).

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês subsequente de sua competência (Nota Explicativa nº 16). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional - CSN é relacionada à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 16).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 18 e 23).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 17).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do período.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4).

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse

período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 12).

(iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Em 31 de março de 2018 não houve perdas por redução ao valor recuperável.

c. Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras intermediárias são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 9).

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	45 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos

e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº 9).

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 14).

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 10).

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná - SEBRAE - PR é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação

atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE - PR reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE - PR contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº25).

h. Subvenção e assistência governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Entidade irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como; receita de convênios, e subvenções e auxílios e outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Fundo fixo	46.655	48.000
Contas Bancárias (i)	62.973	53.208
Aplicações financeiras (ii)	83.978.434	69.389.542
	84.088.062	69.490.749

(i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas correntes bancárias, cuja posição, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, se encontra a seguir descrita:

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa	5.145	468
Caixa Econômica Federal	10.652	2.139
Banco do Brasil	47.176	50.600
	62.973	53.208

(ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do Fundo	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	BB Milênio 10	83.391.704	69.154.234
Caixa Econômica Federal	Caixa FI Sebrae RF LP	839.789	289.501
(-) Prov. IRRF Fundo		(253.059)	(54.194)
		83.978.434	69.389.542

(-) Prov. IRRF Fundo refere-se a estimativa da Provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

O rendimento acumulado no período de 3 meses findo em 31 de março de 2018 foi de 8,6437% para o fundo BB Milênio 10 e de 8,4779% para o fundo Caixa FI Sebrae RF LP.

5 Numerários vinculados a convênios e programas

	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil (i)	4.263.311	304.853
	4.263.311	304.853

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE - PR, e que são apresentados separadamente da rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixas", pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03 (R1). Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE - PR. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica "Obrigações com Convênios e Contratos", e detalhada na (Nota Explicativa nº 11).

(i) No quadro abaixo é apresentado à composição por entidade:

	31/03/2018	31/12/2017
Convênio 03/16 Ultragaz	52.144	137.845
Convênio 48/16 Redeforte	39.108	52.159
Convênio 46/16 Coprossel	3.643	53.762
Convênio 09/17 FPTI	1.409	2.116
Convênio 41/16 FPTI	-	27.971
Convênio 34/15 Cocamar	-	31.000
CSN a comprovar	4.167.007	-
	4.263.311	304.853

6 Contas a receber

	31/03/2018	31/12/2017
Cheques e cartão (i)	1.929.785	1.665.163
Créditos a Receber (i)	1.078.144	1.018.806
Ponto de atendimento (i)	328.220	389.865
(-) Provisão para Crédito de Liquidação (ii)	(15.946)	(15.065)
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (iii)	(324.100)	(259.582)
	2.996.103	2.799.187

- (i) Créditos a receber referente a operações de venda de serviços.
- (ii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro de pagamento efetuados com cheques. O SEBRAE - PR constitui a provisão quando o cheque é devolvido pela segunda vez.
- (iii) Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro de pagamento efetuados com boletos bancários. O SEBRAE - PR constitui provisão de 100% do saldo devedor quando o atraso ultrapassa 180 dias.

7 Outros créditos

O grupo é formado pelos adiantamentos a empregados e a terceiros e por créditos diversos relativos à contribuição social a receber do exercício anterior, conforme apresentado a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamento e empregados e a terceiros	1.582.182	1.167.762
	1.582.182	1.167.762

7.1 Adiantamentos concedidos

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE - PR, que foram repassados as entidades conveniadas e que aguardam a execução e posterior prestação de contas.

	31/03/2018	31/12/2017
SGC Sul do PR	447.932	254.163
SGC Oeste do PR	401.888	401.888
SGC Sudoeste do PR	313.000	245.752
Iaciap	288.853	12.740
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Curitiba	250.850	125.346
SGC Noroeste do PR	213.000	213.000
SGC Norte do PR	213.000	213.000
Tecpar	211.885	211.885
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Pato Branco	202.996	123.652
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Medianeira	190.288	113.594
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Ponta Grossa	188.827	158.335
Sinvespar	184.411	89.000
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Cornélio Procopio	168.272	124.554
Fundação Parque Tecnológico de Itaipu	153.380	153.380

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Estado do Paraná - SEBRAE/PR
Demonstrações financeiras intermediárias em
31 de Março de 2018*

Cresol Baser	152.012	152.012
Incubadora Tecnologica de Maringá	148.047	148.047
Senai	140.783	140.783
Unipar - Francisco Beltrão	140.000	70.000
Centro Sul Garantia	135.000	193.769
Fundação para o Desenvolvimento Cient. e Tecnológico	129.414	129.414
Prefeitura Municipal de Palotina	128.407	128.407
Fundação Educere de Campo Mourão	116.527	116.527
Universidade Federal do Paraná	115.000	185.000
Incubadora Tecnologica de Guarapuava	114.880	114.880
Fundação Cultural Educ. Tec. Francisco Beltrão	101.819	120.772
Conampe	100.257	100.000
PTS Brasil	99.937	99.937
Universidade Estadual Norte do Paraná	84.240	84.240
Faculdade da Industria	81.287	81.287
Senar	80.100	740.268
Instituto Filadelfia de Londrina	76.467	76.467
Sudotec Assoc. para Desenvolvimento Tec. Ind.	75.192	75.192
Unicesumar	73.623	3.820
PUC - Curitiba	70.105	70.105
Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná	70.000	70.000
Faculdade Campo Real	70.000	70.000
Faculdade de Ampere	70.000	-
Faculdade Telemaco Borba	70.000	70.000
PUC - Toledo	70.000	70.000
Uniguaçu	70.000	70.000
Universidade Tecnologica Federal do Paraná - Palotina	70.000	-
Universidade Positivo	70.000	70.000
Universidade Estadual de Ponta Grossa	69.994	69.994
Fundação Assis Gurgacz	69.950	69.950
Universidade Tecnologica Federal do Paraná - Dois Vizinhos	69.875	44.533
Faculdade Mater Dei	67.150	67.150
Instituto Federal do Paraná	58.402	3.324
Faculdade do Centro Paraná	57.936	57.936
PUC - Maringá	53.520	53.520
Sociedade de Educação Superior Guairacá	49.300	49.300
Universidade Tecnologica Federal do Paraná - Londrina	47.110	28.157
AMPEC Metropolitana	40.949	35.400
PUC - Londrina	35.000	35.000
Universidade Estadual de Londrina	29.163	29.163
Fiep	23.978	23.978
Universidade Estadual do Paraná	9.520	9.520
Agencia de Desenvolvimento Regional	-	67.248
Assoc. Empr. Bras. De TI Software e Internet	-	80.000
Centro Amparense de Ensino Superior	-	70.000
Centro Educacional Medianeira	-	65.000
Centro Universitário de Maringá	-	69.804
Centro Universitário Dinâmica das Cataratas	-	70.000
Faculdade Integrada Cataratas	-	65.500
Falculdade Anglo Americano	-	65.000
SGC Centro do PR	-	135.000
Unipar - Toledo	-	70.000
	<hr/>	<hr/>
	6.833.525	7.025.691
	<hr/>	<hr/>

7.2 Aplicações financeiras de longo prazo

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

	Nome do fundo	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	BB Milênio 10	3.263.719	3.210.209
(-) Prov. IRRF Fundo		(11.138)	(3.112)
Caixa Econômica Federal	Caixa FI Sebrae RF LP	17.811.815	17.543.191
(-) Prov. IRRF Fundo		(57.373)	(14.413)
		21.007.023	20.735.875

(-) Prov. IRRF Fundo refere-se a estimativa da Provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

O rendimento acumulado no período de 3 meses findo em 31 de março de 2018 foi de 8,6437% para o fundo BB Milênio 10 e de 8,4779% para o fundo Caixa FI Sebrae RF LP.

7.3 Outros créditos

	31/03/2018	31/12/2017
Fundo Garantidor - Programa Juro Zero - FIEP - CNV 19/05	1.039.238	1.039.238
	1.039.238	1.039.238

8 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE;

Pessoal chave da Administração; e

Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV).

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

	31/03/2018		31/12/2017	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Recursos de CSN a receber	-	-	2.010.629	2.010.629
Recursos Ordinários a receber	8.515.307	8.515.307	18.271.876	18.271.876
	<u>8.515.307</u>	<u>8.515.307</u>	<u>20.282.505</u>	<u>20.282.505</u>

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

	31/03/2018		31/12/2017	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Prog. de desligamento incentivado	2.496.394	2.496.394	2.292.700	2.292.700
CSN a devolver (i)	4.167.007	4.167.007	8.081.535	8.081.535
	<u>6.663.401</u>	<u>6.663.401</u>	<u>10.374.235</u>	<u>10.374.235</u>

	31/03/2018		31/12/2017	
	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Prog. de desligamento incentivado	6.619.112	6.619.112	6.878.101	6.878.101
	<u>6.619.112</u>	<u>6.619.112</u>	<u>6.878.101</u>	<u>6.878.101</u>

- i) Em 6 de julho de 2016, o SEBRAE Nacional emitiu nova redação para a IN 37, normativo que trata sobre os critérios e procedimento da execução orçamentária e financeira no âmbito do Sistema SEBRAE. As alterações estão suportadas pela Nota Técnica UGCO nº 09/2016, de 6 de junho de 2016, aprovada pela Diretoria do SEBRAE Nacional, e que produziu, resumidamente, as seguintes alterações:
- I. Configuração da obrigação corrente, a partir da vigência da IN 37 alterada em julho de 2016, do SEBRAE Nacional perante aos SEBRAEs regionais de repasse de quaisquer recursos de CSO – saldo ainda não repassados e apurados de acordo com a sistemática vigente anteriormente.

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no ativo circulante (Transações com o Sistema SEBRAE) do valor de R\$ 8.515.307. A liquidação desses valores dar-se-á no mês subseqüente.

2. Eliminação da regra de transferência de recursos CSO aos SEBRAEs estaduais com base na capacidade de execução de gastos (90%) e mediante valores previamente orçados, passando a ser com base nos valores efetivamente arrecadados e transferidos pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional. Essa nova sistemática de repasse passou a valer da data de aprovação da IN 37 em julho de 2016, porém, com referência desde a data-base de janeiro de 2016. Consequentemente, também, passou a ser eliminada, a partir do exercício do 2016, a figura de CSO – Saldo (eventual diferença positiva entre os valores arrecadados e não repassados pelo SEBRAE Nacional aos SEBRAEs regionais, cujos repasses eram condicionados a eventos futuros).

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no passivo circulante (Transações com o Sistema Sebrae) do valor de R\$ 6.663.401.

- (ii) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2018 os acertos contábeis no SEBRAE - PR e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

c. Transações de resultado

	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária (CSO)	30.052.263	26.158.987
Contribuição Social Nacional (CSN)	3.470.778	1.834.095
	<u>33.523.041</u>	<u>27.993.082</u>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do mês anterior.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	402.984	518.496
Encargos	131.776	127.161
Benefícios	60.716	53.207
	595.476	698.864

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV - estão descritos na Nota Explicativa nº 25.

9 Ativo imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Valor em 31/03/2018
Custo Contábil					
Terrenos		1.442.768	-	-	1.442.768
Edificações	2,22%	9.532.519	-	-	9.532.519
Móveis e utensílios	10%	3.018.506	15.120	-	3.033.626
Veículos e acessórios	20%	2.748.655	-	-	2.748.655
Maquinas e equipamentos	10%	2.688.428	2.300	-	2.690.728
Equipamentos de informática	20%	6.779.079	16.170	-	6.795.249
Instalação	10%	1.186.905	143.885	-	1.330.790
Total do Custo		27.396.860	177.475	-	27.574.335
Total da Depreciação Acumulada		(15.647.430)			(16.023.754)
Total Líquido		11.749.430	177.475	-	11.550.581

O imobilizado é registrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e está totalmente empregado nas atividades da Entidade. A administração realizou a avaliação da revisão da vida útil de seus ativos imobilizados em 31/12/2017.

10 Benefícios a empregados de curto prazo

	31/03/2018	31/12/2017
Encargos Sociais a Recolher	799.513	1.045.378
Obrigações Fiscais a Recolher	576.322	1.079.653
	1.375.835	2.125.031

11 Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

	31/03/2018	31/12/2017
Convênio 49/15 Ultragas	9.444	15.263
Convênio 48/16 Redeforte	1.079	1.381
Convênio 09/17 FPTI	424	528
Convênio 41/16 FPTI	-	13.985
Convênio 34/15 COCAMAR	-	5.971
	<u>10.947</u>	<u>37.128</u>

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

12 Contas a pagar a fornecedores e outros

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar a fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores	1.502.072	1.250.711
Outras Obrigações	11.330	11.010
	<u>1.513.402</u>	<u>1.261.721</u>

13 Obrigações sobre a folha de pagamento

	31/03/2018	31/12/2017
Remuneração Variável (ii)	2.481.611	1.980.980
Férias e Encargos (i)	2.339.376	1.917.635
13º salário	661.832	-
	<u>5.482.819</u>	<u>3.898.615</u>

- (i) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.
- (ii) Corresponde à provisão de Remuneração Variável que considerou o valor acumulado da provisão de 13º salário como base para a constituição da provisão.

14 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria jurídica externa do SEBRAE - PR como risco "provável" de perda:

	Depósitos Judiciais (i)		Provisão (ii)	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Riscos Trabalhistas	76.840	75.937	3.018.315	2.390.032
	<u>76.840</u>	<u>75.937</u>	<u>3.018.315</u>	<u>2.390.032</u>

(i) Depósitos judiciais

	Processo	31/03/2018	31/12/2017
Cecílio Max Lira Batista	RT 868/2014	47.761	47.200
Eduardo Barrozo Prugner	RT 37.165/2010	9.972	9.855
Anderson Junior Begnini Machado	RT 2.244/2014	9.850	9.734
Emerson Assunção de Oliveira	RT 779/2014	9.257	9.148
		<u>76.840</u>	<u>75.937</u>

(ii) Provisão

	Processo	31/03/2018	31/12/2017
Cecílio Max Lira Batista	RT 868/2014	2.412.462	1.802.894
Emerson Assunção de Oliveira	RT 779/2014	595.426	577.033
José Aparecido Munhoz	RT 10.253/2016	10.427	10.105
		<u>3.018.315</u>	<u>2.390.032</u>

As ações consideradas como perda possível montam em 31 de março de 2018 R\$ 1.592.415,75 (RS 978.759,66 em 2017), sendo sua totalidade referente a ações trabalhistas.

As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica externa do SEBRAE - PR.

15 Patrimônio Líquido

	31/03/2018	31/12/2017
Superávit acumulado	106.321.644	97.636.525
Superávit do exercício	9.561.976	8.655.710
Ajuste a valor patrimonial	1.384.720	1.394.129
	<u>117.268.340</u>	<u>107.706.364</u>

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit do período/exercício

Representa o resultado auferido no período/exercício social corrente. Após deliberação pela administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

16 Receitas com contribuição social

	31/03/2018	31/03/2017
Contribuição Social Ordinária - CSO (a)	30.052.263	26.158.987
Contribuição Social Nacional - CSN (b)	3.470.778	1.834.095
	33.523.041	27.993.082

(a) Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do mês atual.

(b) Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/UF para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/UF (IN.37.15).

17 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	31/03/2018	31/03/2017
Consultoria	2.163.692	963.416
Outras	648.248	288.154
Treinamento	247.455	507.423
Empretec	96.000	72.390
Palestras	15.705	18.050
	3.171.100	1.849.433

18 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE - PR.

	31/03/2018	31/03/2017
Convênio 49/15 Ultragás	5.819	-
Convênio 48/16 Redeforte	458	(379)
Convênio 09/17 FPTI	111	-
Convênio 46/16 Coprossel	-	9.540
Convênio 47/16 Lactojava	-	24.400
Convênio 41/16 FPTI	-	11.211
Convênio 34/15 COCAMAR	-	29.242
	6.388	74.014
	6.388	74.014

19 Outras receitas operacionais

	31/03/2018	31/03/2017
Receita de Convênio exercícios anteriores	118.019	6.581
Outras receitas	35.717	81.159
Receita na reversão de provisões diversas	573	2.730
	154.309	90.470
	154.309	90.470

20 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

	31/03/2018	31/03/2017
Salários e proventos	6.207.908	6.873.358
Encargos trabalhistas	2.495.919	2.713.392
Benefícios	2.105.716	1.959.596
Férias	1.873.862	1.964.899
13º salário	500.630	551.164
	13.184.035	14.062.409
	13.184.035	14.062.409

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

21 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a

demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

	31/03/2018	31/03/2017
Instrutoria e consultoria	5.000.503	3.398.816
Demais serviços contratados	1.985.322	1.589.541
Serviços técnicos especializados	1.847.776	1.606.799
Manutenção, segurança e limpeza	1.358.345	1.341.298
	10.191.946	7.936.454

22 Despesas com custo de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos.

	31/03/2018	31/03/2017
Aluguéis e encargos	570.453	626.926
Demais custos e despesas	569.351	587.803
Passagens e transportes	375.776	467.071
Diárias e hospedagem	363.089	279.755
Material de consumo	314.374	505.930
Serviços gráficos	225.227	137.246
Serviços de comunicação	195.537	200.420
Divulgação e publicidade	152.449	58.086
	2.766.256	2.863.237

23 Despesas com convênios e programas

Referem-se aos valores executados e comprovados por meio de prestações de contas dos parceiros, relativo a recursos de convenio, de acordo com programação prevista no plano de trabalho do exercício. Conforme demonstrado a seguir:

Entidade	Convênio 2018	Convênio 2017	31/03/2018	31/03/2017
Senar	01/17		368.379	-
Faciap	02/17	04/16	239.710	177.975
Conamp	08/17	36/16	99.948	3.200
Sinvespar	03/17		88.189	-
Assoc. das Emp. Brasileiras de Tec. Da Inf.	06/17		80.000	-
Unipar	28/16		70.000	-
Ampec	07/17		29.851	-
Centro Dinâmico Cataratas	33/16		27.311	-
Faculdade Medianeira	32/16		19.189	-
Fundação Educere de Campo Mourão	22/15		18.953	-
Faculdade Anglo Americana	34/16		18.636	-
Faculdade Cataratas	31/16		18.419	-
Cresol		05/16	-	74.215
Microtiba		38/16	-	46.794

Senai	04/15	-	96.047
Senar	02/16	-	252.770
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	28/15	-	31.728
		1.078.585	682.729

24 Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro líquido referente aos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade:

	31/03/2018	31/03/2017
Receitas Financeiras		
Rendimentos recursos próprios	1.149.890	1.634.853
Receita aplicação - <i>funding</i>	322.135	601.587
Rendimentos recursos ordinários	232.267	360.807
Variações Monetárias Ativas	903	1.207
Juros	984	583
	1.706.179	2.599.037
Despesas Financeiras		
Comissões cartões de crédito e cheque em cobranças	(41.019)	(57.488)
Variações Monetárias Passivas	(203.694)	-
Despesas bancárias	(24.545)	(25.837)
Descontos concedidos	(46)	-
Juros e Multas	(138)	(6)
	(269.442)	(83.331)
	1.436.737	2.515.706

25 Benefícios a empregados pós-emprego

25.1 Descrição geral das características do plano

O plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

Aposentadoria normal.

Aposentadoria antecipada.

Aposentadoria por invalidez.

Pensão por morte.

Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

Projeção de contribuição em caso de invalidez.

Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

Benefícios de demissão;

Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e

Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE - PR contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras.

O total de contribuições reconhecidas como despesas nas demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2018 monta a R\$ 239.073 e R\$ 281.161 em 2017 conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2018	31/03/2017
Participantes	290.208	336.477
Básica	231.748	273.119
Serviço Passado	2.450	2.910
Voluntária	56.010	60.448
Patrocinador	239.073	281.161
Básica	239.073	281.161

26 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 15.000.000,00 de importância segurada, havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil para a Entidade.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 28 de fevereiro de 2019, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, e a importância segurada de R\$ 48.840.000,00.

27 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras intermediárias.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez e

Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).

Contas a receber.

Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.

Contas a pagar a fornecedores e outras.

Aplicações Financeiras de Longo Prazo (7.2).

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras intermediárias foi:

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	84.088.062	69.490.749
Valores a receber	6	2.996.103	2.799.187
Numerários vinculados a convênios e programas	5	4.263.311	304.853
Adiantamentos concedidos	7,1	6.833.525	7.025.691
Créditos com o Sistema SEBRAE	8	8.515.307	20.282.505
Outros Créditos	7	1.582.182	1.167.762

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de março de 2018, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

	Valor em 31/03/2018	Até 6 meses	1 ano
Benefícios a empregados de curto prazo	799.513	799.513	
Obrigações com convênios e contratos	10.947		10.947
Contas a pagar a fornecedores e outras	1.513.403	1.513.403	
Obrigações trabalhistas	5.482.819		5.482.819
Obrigações com o Sistema SEBRAE	6.663.401	6.663.401	

Em 31 de março de 2018, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes

nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE - PR desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxa SELIC. A Entidade estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, a taxa SELIC acumulada para o período de 3 meses será de 8,25%. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Exposição em (R\$)	Cenários Projetados - Base 31/12/2018		
		Provável 8,25%	Possível - 25% 9,49%	Remoto - 50% 10,91%
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	83.978.434	90.906.655	91.945.888	93.141.006
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	21.007.023	22.740.102	23.000.064	23.299.020
Efeito da Variação do CDI	104.985.457	113.646.757	114.945.952	116.440.026

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia do valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos

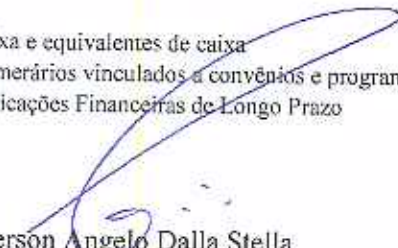
Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com o CPC 40, a Entidade mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 1, pois são mensurados utilizando preços de mercado para os ativos idênticos na data da mensuração.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

	Nota	Nível	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	84.088.062	69.490.749
Numerários vinculados a convênios e programas	5	1	4.263.311	304.853
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	7.2	1	21.007.023	20.735.875


Emerson Angelo Dalla Stella
Gerente Contador Unidade de Controladoria e Finanças
CRC PR-039117/O-0

Vitor Roberto Tioqueta
Diretor Superintendente

José Gava Neto
Diretor de Administração e Finanças

Júlio Cezar Agostini
Diretor de Operações

* * *